



A Vida do Dinheiro

Nuno Villa-Lobos “Há 17 mil milhões parados nos tribunais. Se se acelerasse os casos, tínhamos aqui uma bazuca interna”

Presidente do CAAD diz que dinheiro congelado em processos “faz falta à economia” e defende a reforma da justiça. Lamenta que não se fale do muito que mudou para melhor. Mas admite que, se caso Sócrates acabar prescrito, “será um terramoto”, que resultará em “trancas securitárias”. *Texto: Joana Petiz e Ana Maria Ramos (TSF) Fotografia: Gerardo Santos/GI*

Nuno Villa-Lobos licenciou-se em Direito na Clássica e tem um mestrado em Ciência Política pelo ISCTE. É desde 2009 presidente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

É um defensor da reforma da justiça e de mais investimento na área administrativa. Que caminho está feito e o que está por fazer para desbloquear processos e até combater populismos?

Se eu sou defensor de uma reforma para a justiça, e sou um otimista, noto que há aqui uma divergência entre o plano do discurso público, da perceção pública, e os indicadores factuais, a estatística. O problema deste confronto na justiça não é específico da área da justiça, também acontece noutras. E sempre que há dissonância entre o discurso e a perceção, o sentir geral da comunidade e os dados reais, há um dilema democrático. Porque os governos têm de ser responsivos e estar atentos às preocupações das pessoas, mas é preciso ver quando essas preocupações não são tão reais quanto parecem.

Mas não é preciso uma reforma? Sim, é preciso reformar algumas áreas, mas não todas. O civil está

francamente melhor, evoluiu consideravelmente entre 2010 e 2020, mas outras estiveram esquecidas demasiados anos. A justiça fiscal... Mas não defende um pacto de regime. Porquê?

Não sou entusiasta, na medida em que o interesse na justiça e o interesse da justiça podem não ser coincidentes. O somatório de todas as corporações da justiça, das suas pretensões, um mínimo denominador comum, que seja um consenso alargado, não o transforma numa decisão de política pública mais adequada. Há medidas que têm de ser impopulares. E um pacto de regime, à partida, reduz, debasta divergências e procura o denominador comum. Doze anos de arbitragem tributária e a situação da justiça fiscal continua à beira do colapso. Afinal, a arbitragem e o CAAD não resolveram o problema?

Do colapso felizmente fugimos, estamos a meio da ponte. Se olhar os números da lentidão do sistema, eles apontam uma subida do tempo médio de decisão nos tribunais fiscais de primeira instância, entre 2018 e 2021, de 58 para os 75 meses – seis anos e três meses. Isto tem servido de fundamento para um discurso catastrofista, mas estes dados, sendo verdadeiros, dão azo a inter-

pretações muito erradas, porque assentam numa média aritmética e não na mediana.

O que é que isso quer dizer?

Estes dados são explicados por uma medida conjuntural que foi aplicada a partir de 2019, para recuperação de pendências de processos entrados até final de 2012: à medida que essas decisões entram no sistema, inflacionam artificialmente a situação real nos tribunais fiscais – que está numa trajetória francamente favorável de recuperação desde 2015. Estamos a falar de uma redução de pendência de 25%. Se nos referirmos àqueles processos que são os únicos em que o CAAD tem inter-

“Do montante que está parado nos tribunais, 17 mil milhões, se o Estado perder metade dos casos terá uma fatura final de 12,5 mil milhões: 8,5 de imposto e mais 4 de juros.”

venção, os de impugnação – mais complexos, aqueles que revelam os estudos, por exemplo o estudo de reforma da IRC – foi exatamente nesse sentido: houve uma redução de 22 mil para 15 mil processos de impugnação. Podemos ir mais depressa, mas estamos no caminho certo.

E quanto tempo é que vai levar a chegar ao outro lado da ponte?

Depende da intensidade da trajetória que quisermos incutir. Neste momento, estão a ser anunciadas medidas adicionais, mas acho que se podia ir mais longe no reforço dos juizes. O rácio do número de juizes por 100 mil habitantes nos tribunais comuns anda à volta de 20, mas nos tributários é 1 por 100 mil habitantes. Por isso, foi bastante importante para esta recuperação o alargamento do corpo de juizes em 2016, um alargamento de 26% ou 27% e que devia ser reforçada. Sabem qual foi a atitude que o poder político tomou entre 1998 e 2006 para resolver as pendências que se começavam a acumular na justiça fiscal? Posso dizer-vos que não se fez uma reforma da justiça fiscal, não se alargaram o número de juizes, não se alargaram os meios. O que se fez foi liberalizar, na prática, as prescrições das dívidas fiscais. Se o processo es-

tivesse parado um ano, podia fazer a sua contagem até à morte na secretaria. Era muito importante fazer-se a avaliação de quantos milhões é que se perderam nesses oito anos de inércia.

E como se resolve a pendência?

Matando o problema à nascença. E por isso é que chegamos a esta situação dos 17 mil milhões parados nos tribunais fiscais. Todo o dinheiro que está em disputa, o imposto já está do lado do Estado. O drama é se o Estado perde e tem de devolver o que foi pago, acrescido de uma taxa de juro de 4% ao ano. Vamos imaginar que do montante atual que está parado nos tribunais, os 17 mil milhões, o Estado ganha 50% dos casos; vamos ver as consequências em





GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGES

tência às empresas, sendo-lhes impossível manterem-se a par de todas estas alterações, que é aquilo de que o que o professor Saldanha Sanches chama paradoxo da justiça fiscal: quer-se integrar os cidadãos no processo de decisão, mas depois são tão grandes as técnicas que se cria um fosso no seu conhecimento. Isso é uma falha da democracia que tem de ser corrigida.

O que é que pode ser feito para acelerar a execução desse número de processos?

É uma questão de ritmo, como lhe disse. Pensar em reforçar os juizes (...) também podiam ser criadas equipas especiais de juizes nos tribunais de Estado para acelerar os processos acima de 10 milhões. E é um pouco a proposta da Associação Business Roundtable Portugal (BRP). Mas não no CAAD, antes nos tribunais do Estado. Esta proposta teria de ter uma condição, que é a aceleração destes processos não ser feita à custa do atraso dos contribuintes comuns.

Por que não no CAAD?

Quando recebi a proposta da BRP, pedi um levantamento do número de processos entrados nos tribunais do Estado com maior peso: Lisboa e Porto. E em 2022 entrou um processo no Porto e 12 em Lisboa. Ora, eu até posso ser acusado de ter falta de ambição, mas falta de noção é que não tenho. E o CAAD tem de ter noção de qual é o seu papel.

E qual é?

O CAAD não é um pilar alternativo do sistema de justiça fiscal. É um reforço do sistema de justiça fiscal. Procura ser, torná-lo mais efetivo, fazer que respire melhor, que tenha menos volume. E é isso que tem sido feito. Esta recuperação do sistema desde 2015 assenta num círculo virtuoso de causas. O reforço dos juizes em 27%, as equipas de recuperação de processos antigos, anteriores a 2012 e a intervenção da Arbitragem Fiscal. Durante este período, em que há menos 7 mil impugnações nos tribunais de Estado, houve 6500 processos no CAAD.

Mas o que é que justifica então as críticas ao CAAD?

Uma das críticas que faziam à Arbitragem Fiscal, nos primeiros anos, era que havia uma grande divergência entre os tribunais arbitrários na aplicação do direito relativamente a questões que eram análogas. Isso criava insegurança jurídica, mas tem um lado bom: significa que a independência do julgador é total.

Mas tinha a questão da insegurança. Nós interiorizámos a crítica e a apresentámos uma proposta, que ao mesmo tempo sinalizasse que o órgão máximo da justiça nesta matéria é sempre o Supremo Tribunal Administrativo. E por isso propusemos que nestes casos de decisões di-

vergentes se pedisse orientação ao Supremo, um acórdão uniformizador de jurisprudência. E esta medida teve um impacto sistémico, para todos os tribunais tributários de primeira instância, e reduz a litigância, porque os contribuintes e a Autoridade Tributária já sabem qual é a orientação. Quanto ao discurso generalista sobre a arbitragem, só beneficia o infrator, porque é simplista e enganador. Pega-se numa árvore envenenada, que é a arbitragem *ad hoc*, que resolve os litígios de maior volume financeiro, mas tem menos *compliance*, prevenção de conflito de interesses, etc. e confunde-se com a floresta.

Para essa diferença ficar clara...

As arbitragens *ad hoc* podiam estar a decorrer nesta altura, neste estúdio, mas sem câmaras ou microfones, ninguém saberia o que se estava aqui a passar. Esta audiência não seria pública, haveria um dia uma decisão que ninguém conheceria, só os próprios. Estamos a falar de 850 milhões por ano de arbitragens que ninguém conhece. Nós no CAAD temos audiências públicas, processos públicos, decisões publicadas em várias plataformas, ainda mesmo antes de estarem transitadas em julgado, o sorteio dos árbitros é público, presidido pelo Presidente do Conselho Deontológico, há um regime apertadíssimo de prevenção de conflitos de interesses, *compliance*.

Mas então é por desconhecimento que PCP e Bloco de Esquerda dizem que a arbitragem é uma perversidade e que é invariavelmente prejudicial do interesse público?

Os números demonstram o contrário. *Perversidade* é o argumento de que as decisões são boas ou más em função de quem ganha. Isso é o discurso primário, primitivo, de futebolização da justiça, que diz mais ou menos isto: se a decisão envolve um pequeno contribuinte e é favorável ao Estado, o Estado é o opressor, mas se a decisão beneficia uma grande empresa, o Estado e os contribuintes foram enganados. Isto é desonestidade intelectual. Mas depois há os factos. Vou dar os exemplos mais recentes, que vão ser anunciados no próximo mês, no relatório referente a 2022 da atividade do CAAD: o Estado perde mais nos litígios de valor mais reduzido (até 5 mil euros, os contribuintes vencem 76%). À medida que o valor cresce, o Estado ganha mais e quando passamos o limiar de um milhão de euros, ganha em número de decisões em 54% dos casos e em termos de valor há um equilíbrio quase total, 51%-49%.

Nesta altura, até pela revolução digital, há pouco conhecimento especializado nos tribunais?

Acho que essa é uma matéria que o PRR, se vier a ser bem aplicado pode fazer a diferença, porque é indiscutível que é preciso haver alterações. Nos últimos 30 anos, a justiça tem sido monotemática, só se fala da lentidão e com isso perdemos outros aspectos da realidade, e um deles é a questão da cidadania. É importante que se alargue aqui um pouco o âmbito dos temas. Ainda ninguém percebeu que houve uma redução de litigância no nível, de cerca de 500 mil processos para 250 mil. Ninguém sabe que um processo de inquérito penal demora, em média, nove meses. Ninguém fala do que corre bem.

Porque o que corre mal, por vezes, é demasiado grave para ofuscar essas vitórias. A Operação Marquês arrasta-se há uma década e há risco de morrer na praia...

A questão dos casos mediáticos e estamos a falar de um caso que estará no *top* três em democracia dos casos com maior projeção, se calhar só comparável ao julgamento das FP25 ou ao Casa Pia, é um caso limite. Se fizermos uma análise estritamente sociológica, se de facto se confirmar essa crónica de uma morte anunciada, será um terremoto. Será o *ground zero*. E o problema é que a seguir ao *ground zero* normalmente vêm as trancas à porta. Trancas securitárias. Um processo morrer por prescrição nunca é bom, é sempre uma patologia, um desvio ao sistema, mas mais ainda um caso como este.

Se o caso que envolve o antigo primeiro-ministro José Sócrates prescrever o que vê acontecer?

Pode acontecer um movimento securitário de alteração das leis. Ou seja, de penas mais elevadas, encurtar fases, enfim, o que seja.

Porque estará em causa o sistema de Justiça e o próprio Estado Democrático, não?

Na medida em que há uma crise de confiança numa instituição fundamental da nossa democracia, se bem que não vamos aqui dramatizar, porque essa crise existe em relação a todas as instituições. Isto faz parte de um sentimento antipartidos, antidemocracia, que se está a generalizar por todas as democracias. Essa descrença fragiliza a justiça. E isso só serve ao *eldorado* do crime, de colarinho branco e não só.

relação aos 50% que perde. A fatura final seria de 12 mil milhões e meio de dívida, porque eram 8 mil milhões e meio do imposto que tinha a pagar, mais 4 mil milhões de juros. Está encontrado, porventura, o motivo para nunca ter havido investimento a sério na reforma do sistema fiscal. Acho que faz falta aqui um golpe de asa orçamental, porque isto é dinheiro que faz falta à economia. Se estes processos fossem acelerados, tínhamos uma bazuca interna nos tribunais fiscais sem endividamento. É dinheiro que faz falta às empresas, à criação de emprego, à nossa competitividade. Que não se perca a oportunidade de reformar a justiça fiscal e acelerar este montante. Não só pela questão de justiça —

o dinheiro dos contribuintes não pode ficar parado nos tribunais refém de um atraso da justiça — mas também de interesse nacional de investimento.

É as constantes alterações via Orçamento do Estado tornam o sistema ainda mais complexo?

Creio que esse problema já foi maior, mas há de facto imensas alterações nos códigos tributários. Há um trabalho muito profundo do Joaquim Miranda Sarmento, que via analisar o conjunto de alterações legislativas aos códigos tributários entre 1989 e 2014, e chegou à conclusão que neste período houve 492 alterações legislativas a que responderam 3178 artigos alterados nos códigos fiscais. E sem dar assis-



VEJA O VÍDEO EM
www.dinheirovivo.pt

dinheiro vivo

Agroalimentar vai elevar exportações ao patamar dos 10 mil milhões de euros



Mais Habitação Bruxelas pode travar novas leis do Alojamento Local

Comissão Europeia está “vigilante” e “aguarda notificação” de Portugal sobre mudanças previstas para o AL. Regras “desproporcionais” e “sem evidências” do efeito no mercado de arrendamento congelaram pacote irlandês.

A VIDA DO DINHEIRO

NUNO VILLA-LOBOS

PRESIDENTE DO CAAD

“Há 17 mil milhões parados nos tribunais. Se se acelerasse os casos, tínhamos aqui uma bazuca interna”



COUTO

Marca centenária de Gaia prevê crescimento de 10% na faturação deste ano



MIGUEL RAMOS

“Somando postos diretos, indiretos e induzidos, falar de mil empregos na fábrica de comboios de Ovar até é uma visão conservadora”

RAUVA

Fintech lança uma ‘super app’ bancária para ajudar PME e freelancers

MUNDO VOLTARION

“Não somos consultores, somos implementadores”